



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

QUESTIONÁRIO DE INSPEÇÃO – JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

COMARCA	SANTARÉM - PA
UNIDADE INSPECIONADA	VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	CÍVEL
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	17.11.2023
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	ISABEL IOLANE AMAZONAS FERNANDES – Diretora de Secretaria
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	TIARA GUEDES AIRES Analista Judiciário – CGJ



1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

GÉRSON MARRA GOMES, Juiz Titular desde 02/06/2016.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- a. Férias: Não houve no período
- b. Folgas compensatórias: 04,05,06,11 e 12 de **setembro/2023**; 18, 19, 20, 21, 23 e 24 de **outubro/2023**; 01,06,07,08, 09 e 10 de **novembro/2023**.
- c. Licenças: Não houve no período



1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Período de 29, 30 de setembro/2023 a 1º de outubro/2023. Em consulta ao PJe não foram localizados processos arquivados do plantão.

❖ Orientações e Recomendações da Corregedoria:

Durante a inspeção, a equipe de servidores da unidade foi **orientada que, após o plantão, os autos devem ser encaminhados à Vara de originária (para qual o processo foi inicialmente distribuído no PJe), não sendo permitido redistribuir, arquivar ou remeter ao segundo grau em sede de plantão judicial.**

Ainda sobre o plantão na comarca de Ananindeua, tendo em vista ser híbrido (**cível e criminal**), a Unidade foi orientada a **expedir os mandados de prisão diretamente no BNMP**, devendo a equipe responsável, ao final do plantão, providenciar a migração das peças ao Juízo competente (**modificação da competência - página 16 do Manual do BNMP**).

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Não constam expedientes pendentes de resposta.

No âmbito da Corregedoria, verificou-se uma Apuração de Irregularidade no Serviço Público contra uma servidora/oficiala de Justiça (PJe Cor nº 0800295-78.2023.8.14.0051).

Nada em tramitação foi localizado contra o magistrado titular da Vara, Dr. Géron Marra Gomes (Assumiu em 02/06/2016).

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

A última reunião entre magistrado e servidores foi realizada em **07.11.2022**.

Na data da inspeção **não havia plano de ação em andamento na unidade**. Na correção ordinária referente ao ano de 2022 também não foi apresentado plano de ação (PJe Cor 0000585-59.2023.2.00.0814).

1.6. Qual o total do valor em subcontas de depósitos judiciais sem movimentação há mais de três anos? Caso haja saldo repassado para o Estado, qual procedimento adotado para retorno às subcontas da unidade judicial?

O total de valor em subcontas de depósitos judiciais sem movimentação há três anos perfaz um montante de **R\$10.888,69 (dez mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos)**, correspondentes a três processos.

Quanto ao saldo repassado para o Estado do montante acima consta o valor de **R\$9.456,38 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos)**. O procedimento adotado pela unidade ocorre através do monitoramento dos processos acima, com as intimações das partes para manifestarem-se e havendo necessidade de expedição de alvará faz a solicitação de devolução no Sistema de Depósito Judicial.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2.1. Quadro de pessoal.

2.1.1 Secretaria:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	3
Exclusivamente comissionados(as)	-
Cedidos(as)/Requisitados(as)	-
Estagiários(as) remunerados	1
Terceirizados/as - limpeza	1
Conciliadores nomeados	7

Vara do Juizado Especial Cível de Santarem - FIT

SubArea Juizado Especial
Lotação Vara do Juizado Especial Cível de Santarem - FIT
Gestor(a) Isabel Iolane Amazonas Fernandes
Localização FORUM DES. ERNESTO ADOLFO DE V. CHAVES
Telefones (93) 3064-9200
E-mail Institucional

Juiz Titular Gerson Marra Gomes

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Deborah Carolina Costa Batista	Estagiário	Estagiário	Normal
Gerson Marra Gomes	Magistrados		Normal
Getulio Jose Lemos Neves	Efetivo	Analista Judiciário	Normal
Henrique Lucas de Macedo Nunes	Estagiário	Estagiário	Normal
Isabel Iolane Amazonas Fernandes	Efetivo	Analista Judiciário	Normal
Raimundo Marcio Pinto de Jesus	Efetivo	Analista Judiciário	Normal

Fonte: Sistema IGP (disponível no portal interno do TJPA)

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	01
Exclusivamente comissionados(as)	01
Cedidos(as)/Requisitados(as)	-
Estagiários(as) remunerados	01
Terceirizados(as)	-

Informe local de trabalho para pesquisa:

Gabinete da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarem - FIT

SubArea Juizado Especial
Lotação Gabinete da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarem - FIT
Gestor(a) Gabriel Veloso de Araujo
Localização FORUM DES. ERNESTO ADOLFO DE V. CHAVES
Telefones (93) 3064-9200
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Brenda Ferreira Castro	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal
Jessica Mariana Correa Tolentino	Efetivo	Analista Judiciário	Férias: 17/01/2024 - 31/01/2024 - Dia(s): 15.

Fonte: Sistema IGP (disponível no portal interno do TJPA)

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Não. Todos os servidores estão em regime presencial.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de



trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

O controle da produtividade dos servidores é realizado pelo Painel de Gestão Judiciária através do “Painel de Gestão de Atividades” que demonstra a produtividade do servidor com o quantitativo de suas tarefas realizadas.

A Diretora de Secretaria informou que diariamente é repassada a quantidade de tarefas para o servidor atuar, sendo que nos processos do PJE as tarefas são identificadas através de etiquetas com o nome do servidor e o nome do tipo de diligência a cumprir. Além do serviço no PJE, para o regular trâmite do processo, no âmbito do Juizado existem também tarefas como atendimento ao público, de forma presencial, por telefone, WhatsApp, balcão virtual e E-mail, assim como existe um setor de atermação (confecção de petição inicial) que fica também sob a responsabilidade do servidor, no entanto somente as tarefas realizadas no PJE ficam registradas/computadas no sistema do painel de gestão judiciária.

2.4. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2023?

O acompanhamento é realizado através do Painel de Gestão Judiciária.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

1. **Durante a Inspeção a CGJ orientou sobre a importância do planejamento** a fim de **alcançar resultados mais efetivos para a unidade e, conseqüentemente, para os jurisdicionados**, que serão beneficiados com um andamento mais célere do processo. Foi refletido que através do **plano de ação** a unidade poderá estabelecer objetivos claros, organizar estratégias e definir as etapas necessárias para alcançá-los.
2. Além disso, a CGJ ponderou acerca da necessidade acompanhamento periódico da execução do plano, a fim de **avaliar se ações desenvolvidas estão aproximando a unidade de atingir os objetivos traçados**, a fim de que, caso necessário, sejam realizadas alterações no planejamento, pois tal conduta gera otimização de tempo e trabalho.
3. RECOMENDA-SE que o **Plano de Ação para 2024** seja apresentado na correição ordinária do próximo exercício, cujo relatório deve ser encaminhado **até 15 de fevereiro de 2024**;
4. Deverá constar **coluna específica para o monitoramento e avaliação periódica** do plano, visando sua readequação, caso necessário, bem espaço para anotação das intercorrências havidas no período (ex. férias do magistrado, servidores, licenças, etc.).
5. A unidade poderá buscar apoio do Departamento de Gestão e Estatística – DPGE – para elaboração do Plano;
6. No plano deve, sempre que possível, prevalecer a individualização de tarefas entre a equipe, incluindo o magistrado, atentando para o aproveitamento da melhor habilidade de cada servidor.
7. O Plano deve considerar o cumprimento das principais metas (Metas 1; Meta 2 e diminuição de percentuais (0%) do prazo de paralisação dos processos);
8. A descrição do plano deve, entre outros objetivos configurar orientação de gestão no desenvolvimento dos trabalhos, afim de promover agilidade de análise dos processos.

2.5. Quais cursos ofertados Escola Judicial já foram realizados pelos servidores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

da comarca? Informar nome do servidor, curso e data de realização.

Jéssica Mariana Corrêa Tolentino:

- Curso TREINAMENTO PJE NA PRÁTICA – TURMA 26: ARQUIVAR, SUSPENSÃO, APENSAR/DESAPENSAR, SOBRESTAMENTO/REDISTRIBUIÇÃO - data 19/10/2023

Getúlio José Lemos Neves:

– Curso de Ética no Serviço Público - 14/02/2022

- Curso Assédio Moral, Sexual e Discriminação no Poder Judiciário: Aspectos Teóricos, Normativos e Práticos na Perspectiva de Gênero - data 10/04 a 14/04/2023.

Raimundo Márcio Pinto de Jesus:

- Curso Assédio Moral, Sexual e Discriminação no Poder Judiciário: Aspectos Teóricos, Normativos e Práticos na Perspectiva de Gênero - data 10/04 a 14/04/2023

Brenda Ferreira Castro:

- Curso Assédio Moral, Sexual e Discriminação no Poder Judiciário: Aspectos Teóricos, Normativos e Práticos na Perspectiva de Gênero - data 10/04 a 14/04/2023

Isabel Iolane Amazonas:

– Curso Organização Judiciária Cível de 1º. Grau do Poder Judiciário do Estado do Pará - data 02/08 a 09/08/2021.

- Curso de Gestão e Qualidade na Unidade Judicial – data 03/07 a 09/08/2021.

- Curso Malote Digital – data 29/06 a 01/07/2021

- Curso O Controle de Convencionalidade na Prática Judicial – data 27/05 a 28/06/2021.

- Webinar – “Luto em Tempos de Pandemia – data 21.05.2021.

- Curso Gestão de Ponto Online – data 27/06 a 28/06/2021.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Sim. Última movimentação 06.11.2023

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 07/11/2023.

DADOS PROCESSUAIS	TOTAL NO PERÍODO DA EXTRAÇÃO DOS DADOS	TOTAL NA DATA INSPEÇÃO
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	1.340	1.249
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	219	222
Total do acervo com prioridade	59	60
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	3	13



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	182	172
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	9	0
Total de processos envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	0	0

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	Distribuído: 555 Redistribuído: 04
Total de processos julgados	501
Total de processos baixados definitivamente do acervo	476

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	1.631
Despachos	9
Sentenças com resolução de mérito	388
Sentenças sem resolução de mérito	213
Audiências realizadas	457

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

A unidade não publica a produtividade dos servidores.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

1. A equipe foi **orientada quanto aos benefícios de publicar os resultados alcançados no cumprimento das metas nacionais e também produtividade mensal dos servidores**, a fim de dar transparência aos jurisdicionados quanto aos processos movimentados e tarefas executadas, visando evitar reclamações;
2. RECOMENDA-SE que a produtividade dos servidores, extraída do Painel de Gestão de Atividades no PGJ, seja afixada mensalmente no quadro de avisos do Fórum, com intuito de dar visibilidade aos advogados e jurisdicionados quanto aos serviços prestados, bem como sejam registrados e afixados a quantidade de atendimentos realizadas pelo gabinete e secretaria às partes e advogados.

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2023:

5.1. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

Nenhum. A Meta 2 foi cumprida pela unidade judiciária.

Corregedoria Geral:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

METAS NACIONAIS 2023 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA COORDENADORIA DE CONTROLE DE INDICADORES E METAS		Atualização 29/12/2023 19:20:01	COMARCA, Unidade Judiciária [usar seta à esquerda para subníveis de Comarca] SANTARÉM (COMARCA) + VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SANTARÉM ...			
Meta 1	Meta 2	Meta 4	Meta 8 FEM	Meta 8 VDM	Meta 10	Meta 11
X Não cumprida Situação ■ 99,13% Grau de Cumprimento ⊕ 920 Processos Distribuídos # 913 Processos Julgados	✓ Meta cumprida Situação ■ 108,40% Grau de Cumprimento ■ 97,56% Grau de Julgamento ⊕ 222 Meta de Processos # 240 Processos Julgados ◆ -18 Necessidade de Julgar	Não se aplica Situação ■ Não se aplica Grau de Cumprimento ■ Não se aplica Grau de Julgamento ⊕ Não se aplica Meta de Processos # Não se aplica Processos Julgados ◆ Não se aplica Necessidade de Julgar	Não se aplica Situação ■ Não se aplica Grau de Cumprimento ■ Não se aplica Grau de Julgamento ⊕ Não se aplica Meta de Processos # Não se aplica Processos Julgados ◆ Não se aplica Necessidade de Julgar	Não se aplica Situação ■ Não se aplica Grau de Cumprimento ■ Não se aplica Grau de Julgamento ⊕ Não se aplica Meta de Processos # Não se aplica Processos Julgados ◆ Não se aplica Necessidade de Julgar	Não se aplica Situação ■ Não se aplica Grau de Cumprimento ■ Não se aplica Grau de Julgamento ⊕ Não se aplica Meta de Processos # Não se aplica Processos Julgados ◆ Não se aplica Necessidade de Julgar	Não se aplica Situação ■ Não se aplica Grau de Cumprimento ■ Não se aplica Grau de Julgamento ⊕ Não se aplica Meta de Processos # Não se aplica Processos Julgados ◆ Não se aplica Necessidade de Julgar

5.2. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

Em consulta ao Painel de Gestão Judiciária e Sistema PJe, esta Corregedoria não identificou processos suspensos por IRDR na unidade judiciária.

❖ Orientações e Recomendações da Corregedoria:

1. RECOMENDA-SE que havendo decisão de suspensão por IRDR, ela seja cadastrada pelo Gabinete com o **movimento específico do código 12098**;
2. RECOMENDA-SE que os processos suspensos por IRDR sejam identificados com **ETIQUETA específica com o número do TEMA**, a fim de que ocorrendo o julgamento pelas Cortes Superiores promova o imediato levantamento da suspensão, devendo para tanto **utilizar movimento específico do código 14985**.

5.3. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Banco de decisões e sentenças do TJPA; Revistas dos Tribunais On line e Jusbrasil.

❖ Orientações e Recomendações da Corregedoria:

Orienta-se acesso ao portal NUGEPNAC - Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - disponibilizado no site do TJPA, semanalmente, para ter acesso às decisões atualizadas dos julgamentos dos TEMAS pelas Cortes Superiores.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEOR n. 0002009-73.2.00.0814)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Em consulta ao Painel de Gestão Judiciária, verificou-se 222 processos suspensos, todavia ao consultar o Sistema PJE da unidade havia somente 146 processos na tarefa “Processo Suspenso”.

A CGJ consultou os processos n. 0001262-33.2013.814.0949, 0002081-62.2016.8.14.0949 e 0002581-31.2016.8.14.0949 no sistema PJe e constatou que estão tramitando sem o devido levantamento de suspensão.

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

1. Durante a Inspeção a CGJ orientou sobre a importância de utilizar os movimentos corretos para cadastrar os atos judiciais que determinam a suspensão processual, a fim de que os processos não acabem nos paralisados há mais de 100 dias. Da mesma forma, a refletiu-se a importância de fazer o levantamento da suspensão com os movimentos corretos, pois do contrário interferirá na produtividade do magistrado e nos índices eficiência da unidade, uma vez que a sentença e a baixa processual nos processos suspensos não contabilizam.
2. A Diretora de Secretaria foi orientada a baixar a lista de processos suspensos, disponível do Painel de Gestão Judiciária, a fim de consultá-los individualmente no PJE para verificar quais já se encontram em tramitação e constatado o prosseguimento do feito deverá realizar o levantamento da suspensão utilizando os movimentos indicados na Nota Técnica do DPGE, anexa ao Ofício Circular 048/2022-CGJ (12066 ou 14974 conforme o caso geral ou específico);
3. RECOMENDA-SE que a decisão/despacho de suspensão/sobrestamento seja cadastrada pelo gabinete utilizando um dos **movimentos da hierarquia do código 025 (decisão) ou 11025 (despacho)** da TPU.
4. RECOMENDA-SE que **o levantamento da suspensão seja realizado pela Secretaria da unidade, devendo utilizar os seguintes movimentos: 1) 12066 – cumprimento de levantamento da suspensão (caso geral); 2) 14974 – Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento (casos específicos).**

6.2. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento, para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer naturezas de comunicação?

A Diretora de Secretaria informou que a referida atualização ocorre como rotina diária de trabalho, principalmente no ato de abertura da demanda, quando é certificado nos autos nos termos do art. 23 Portaria Conjunta nº 001/2018-GP/VP do TJ/PA, assim como no ato da realização da audiência, com a presença das partes, a unidade procura atualizar os dados em questão e quando ocorre a análise das petições nos autos informando dados atualizados.

6.3. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

22 notificações. Data 08.11.2023.

A Diretora de Secretaria informou ser rotina da unidade a análise dos agrupadores, a fim de realizar o controle da entrada de petições, habilitações, pedidos de desistência, assistência gratuita, homologações de acordos e demais documentos que ingressam a fim de dar andamento célere.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

❖ **Orientações e Recomendações da Corregedoria:**

1. RECOMENDA-SE leitura diária dos agrupadores para conhecimento, análise e movimentação das petições, habilitações, documentos não lidos, verificação dos mandados devolvidos pelos oficiais de justiça, apreciação dos pedidos de assistência judiciária gratuita e análise de prevenção;
2. RECOMENDA-SE que **após a leitura do documento e/ou movimentação do processo, seja retirada de destaque dos agrupadores**, haja vista que a saída não é automática.

6.4. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Nenhum

6.5. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Não havia processos paralisados na secretaria.

6.6. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

A Diretora de Secretaria pontuou que por se tratar de uma Vara de Juizado Especial a demanda de atendimento ao público é bem expressiva, uma vez que é permitido o “*jus postulandi*”, e as partes não necessitam de assistência de um advogado para ajuizar sua demanda. Para esses casos há o setor de atermações, cujo atendimento é presencial, em uma sala específica de atendimento com equipamentos e um servidor para essa tarefa.

A unidade presta atendimento aos jurisdicionados de forma presencial, telefone, WhatsApp, E-mail e Balcão Virtual.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Sim.

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.

Sim. 37 mandados (Provimento Conjunto 009/2019 - CJRMB/CJCI)

0802464-38.2023.8.14.0051

0800318-24.2023.8.14.0051

0800996-39.2023.8.14.0051

0800413-54.2023.8.14.0051

0812769-81.2023.8.14.0051

0800143-30.2023.8.14.0051

0817488-43.2022.8.14.0051

0800652-92.2022.8.14.0051

0813571-79.2023.8.14.0051

0805307-10.2022.8.14.0051

0814917-02.2022.8.14.0051



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

0818875-93.2022.8.14.0051
0800016-92.2023.8.14.0051
0809019-71.2023.8.14.0051
0817999-41.2022.8.14.0051
0800951-35.2023.8.14.0051
0809675-28.2023.8.14.0051
0812364-45.2023.8.14.0051
0800325-16.2023.8.14.0051
0801850-04.2021.8.14.0051
0809007-57.2023.8.14.0051
0814457-78.2023.8.14.0051
0812857-90.2021.8.14.0051
0809558-37.2023.8.14.0051
0809262-15.2023.8.14.0051
0814974-83.2023.8.14.0051
0814899-44.2023.8.14.0051
0810545-73.2023.8.14.0051
0807997-75.2023.8.14.0051
0811574-61.2023.8.14.0051
0808333-79.2023.8.14.0051
0804168-86.2023.8.14.0051
0810485-03.2023.8.14.0051
0805123-20.2023.8.14.0051
0811089-95.2022.8.14.0051
0806679-57.2023.8.14.0051
0805864-60.2023.8.14.0051

7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

40 dias, em cumprimento ao Provimento Conjunto nº 009/2019 – CJRMB/CJCI

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial? Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, semipresencial e videoconferência.

Sim.
Presencial: 50
Semipresencial: 13
Videoconferência: 43

8.2. A Unidade realiza audiência Una (conciliação, instrução e julgamento)? Quantas audiências desta natureza foram realizadas no mês anterior ao da inspeção? E quantas estão designadas para o mês atual?

Sim.
Outubro: 08
Novembro: 02



8.3. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?

A designação é feita pelo gabinete e o cadastro no PJe pela Secretaria.
Conciliação / Instrução e Julgamento / Una.

8.4. Quantas audiências são designadas diariamente? Para qual data está pautada a audiência mais distante? Anexar pauta.

Conciliação: 06
Instrução e julgamento / UNA: 03
Total: 09
Audiência de Conciliação mais distante: 31.01.2024
Audiência de instrução e julgamento/Una: 25.01.2024
Pauta em Anexo.

8.5. Quando há necessidade de reagendamento ou de suspensão e prosseguimento de audiência em outra data, esta fica designada no termo e todos saem cientes?

Sim.

8.6. A Unidade conta com a atuação de conciliadores ou mediadores treinados e com formação? Quantos? Identifique. Caso não tenha, é solicitada designação de conciliador indicado pelo CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Atualmente, temos um quadro com 7 conciliadores.
1- **Risonaldo Pinto de Jesus Júnior** – Portaria nº 2195/2022 - Estudante de Direito
2- **Jakeline Munhoz da Silva Absolon** – Portaria nº 4916/2022-GP - Bacharel em Direito
3- **Eduardo Augusto dos Anjos** – Portaria nº 985/2023-GP - Bacharel em Direito
4- **Enricco Luis Costa Figueira** – Portaria nº 2885/2023-GP - Estudante de Direito
5- **Iasmim Moura Parente** – Portaria nº 3312/2023-GP - Estudante de Direito
6- **Maria Alice Maia Ribeiro** – Portaria nº 3669/2023 - Estudante de Direito
7- **Sarah Costa Nogueira** – Portaria nº 3726/2023 - Estudante de Direito

8.7. Consta pedido de tutelas pendentes de análise há mais de 05 (cinco) dias? Identifique os números dos processos.

Não havia pedido de tutelas pendentes de análise.

8.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Não havia processos paralisados há mais de 100 dias na unidade judiciária.

8.9. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?

Foi informado que o acompanhamento é feito pelo Painel de Gestão Judiciária no indicador de movimentação de acervo, utilizando a listagem fornecida com a relação dos processos solicitados e paralisados antes de completar os 100 dias. E pelo próprio PJE, através dos filtros e tarefas. A unidade procura movimentar os processos por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ordem cronológicas do mais antigo.

8.10. Há decisão de urgência aguardando expedição de ato pela Secretaria da Unidade? Quantos?

Não.

9. CORREIÇÃO ANUAL:

9.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial. Identificar o número do PJECor.

Período de 13/01/2023 a 13/02/2023 – PJE COR Proc.0000585-59.2023.2.00.0814

9.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Identifique?

Sim.

Determinações pendentes de cumprimento no Gabinete:

30 dias

1 - Incrementar a pauta de audiência, buscando a realização de audiências UNAS diariamente, realizando pelo menos **90 audiências por mês**, não permitindo alongamento da pauta para outros meses;

2 - Apresentar plano de ação para o ano de 2024;

60 dias

3 - Envidar esforço para redução de processos paralisados há mais de 100 dias em gabinete, utilizando painel de gestão a linha do tempo inferior, não permitindo processos paralisados por mais de 100 dias;

4 - Envidar esforço para atingir grau de cumprimento Meta 1 e Meta 2 em 2023 e a baixa processual.

Determinações pendentes de cumprimento na Secretaria

30 dias

1 - Realizar cobrança dos Mandados com prazo extrapolado, exceto prorrogado judicialmente, observando a prioridade de intimação pelo sistema ou meios eletrônicos;

60 dias

2 - Identificar os processos que constam com valores sem movimentação há mais de 3 anos, providenciando tramitação em vista efetivação da decisão final;

3 - Nos feitos com pendência de pagamento de custas, conforme relatório de fiscalização emitido pela Coordenação de Arrecadação, anexo, adotar o procedimento para expedição de crédito, após autorização judicial, conforme §6º, art. 46 da Lei 8.328/2015 – Lei de custas.

Santarém, Pa, data da assinatura eletrônica.

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Assinado de forma digital por SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2024.02.22 12:40:18 -03'00'

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

TIARA GUEDES AIRES



ANEXO – FOTOS DA UNIDADE JUDICIÁRIA



FOTO 1 – SALA DE AUDIÊNCIAS

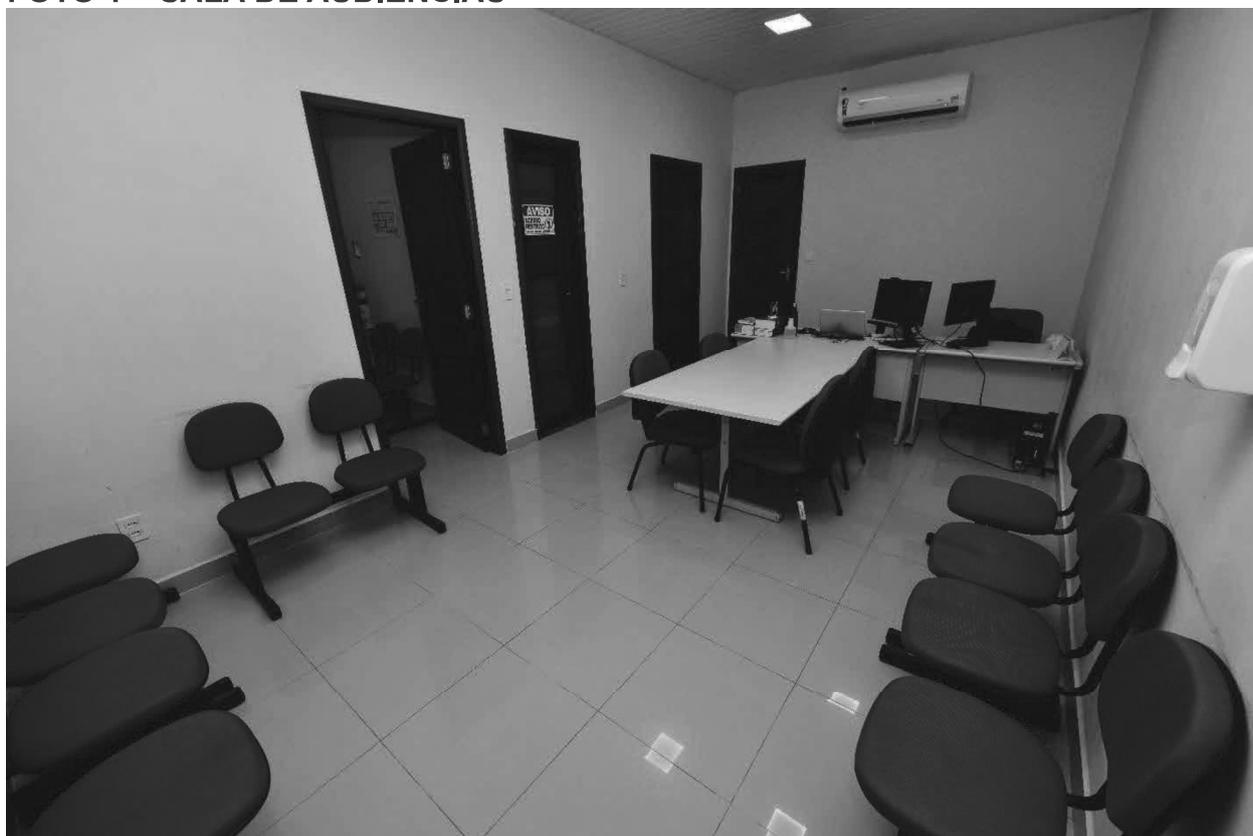


FOTO 2 – SALA DE AUDIÊNCIAS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



FOTO 3 – GABINETE DO JUIZ



FOTO 4 – ASSESORIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



FOTO 5 – SALA DE CONCILIAÇÃO 01



FOTO 5 – SALA DE CONCILIAÇÃO 02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



FOTO 6 – SECRETARIA JUDICIAL



FOTO 6 – SECRETARIA JUDICIAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



FOTO 7 – RECEPÇÃO



FOTO 8 – SALA DA OAB